

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da ELEJOR Centrais Elétricas do Rio Jordão S/A, em conformidade com as disposições legais, apresenta o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis da Companhia, consolidada e elaborada conforme Legislação Societária, aprovadas dos Parceiros dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006. As Demonstrações Financeiras estão plenamente de acordo com as normas e procedimentos do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, após a conclusão dos trabalhos de cadastramento e implementação do controle individualizado do ativo imobilizado da Companhia (Processo de Utilização), bem como reconhecem a obrigação da Companhia em adquirir as ações preferenciais de titularidade da Eletrobrás.

Neste ano de 2006, com o início da Operação Comercial das Unidades Geradoras da Usina Hidrelétrica - UHE - Fundão e da Pequena Central Hidrelétrica PCH - Fundão I, o Complexo Energético Fundão Santa Clara - CEFSC - atingiu a sua plena motorização.

A totalidade da Energia Assegurada disponível do Complexo está comercializada, após a venda de energia da PCH Fundão I.

Destacam-se no ano de 2006 os seguintes fatos:

1. O início da Operação Comercial da UHE Fundão e da PCH Fundão I.
2. A venda de energia da PCH Fundão I para a comercializadora COMERC.
3. A celebração de contratos de Conexão e Uso dos Sistemas de Transmissão e Distribuição para a UHE Fundão e PCH Fundão I.
4. A contratação de serviços de Manutenção do Sistema de Transmissão do CEFSC.
5. A contratação de serviço de Planejamento da Operação e Contabilização Energética.
6. A transferência de domínio e controle da Ponte Rodoviária de Transposição do Rio Jordão ao estado do Paraná.
7. Adequação da empresa em termos de Governança Corporativa, conforme estabelecido no Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Privada de Debêntures.
8. Concurso Público e contratação de três profissionais para completar o Quadro de Pessoal próprio da Companhia.
9. A celebração do "Termo de Compromisso das Medidas Compensatórias" com o Instituto Ambiental do Paraná e Constituição de Unidade de Conservação em atendimento ao Plano Básico Ambiental - PBA.
10. O desenvolvimento do Projeto para a obtenção de registro de créditos de carbono no âmbito do "Mecanismo de Desenvolvimento Limpo", conforme previsto no Protocolo de Kyoto.
11. A conclusão do Processo de Utilização.
12. A alteração do referencial de encargos financeiros do Contrato de Mútuo com a Copel Participações, através do Terceiro Aditivo ao Acordo de

Acionistas.

13. O reconhecimento, nas Demonstrações Financeiras, da obrigação da companhia em adquirir as ações preferenciais de titularidade da ELETROBRÁS.

2. A EMPRESA

2.1 Perfil

A ELEJOR Centrais Elétricas do Rio Jordão S/A, é uma sociedade de Propósito Específico, constituída para implantar e explorar o Complexo Energético Fundão Santa Clara no Rio Jordão, na sub-bacia do Rio Iguaçu, no Estado do Paraná.

A Concessão de Uso do Bem Público para a geração de energia elétrica e regulada pelo Contrato de Concessão de Geração nº 125/2001 ANEEL celebrado em 25 de outubro de 2001.

As Autorizações para a Exploração dos Potenciais Hidráulicos denominados PCH Santa Clara I e PCH Fundão I foram concedidas pelas Resoluções ANEEL nºs 757 e 753 de 18 de dezembro de 2002.

O Capital Social da ELEJOR, em 31 de dezembro de 2006, estava assim distribuído:

Tabela 1: Capital Social

Acionista	Ações Ordinárias	Ações Preferências	Total de Ações	Participação no Capital Total
Capital Social Subscrito				
Copel Participações S/A	42.209.920	-	42.209.920	35,12%
Paineira Participações S/A	18.090.080	-	18.090.080	15,05%
Eletrobrás S/A	-	59.900.000	59.900.000	49,83%
Total	60.300.000	59.900.000	120.200.000	100,0%
Capital Social a Integralizar				
Eletrobrás S/A	-	6.400.000	6.400.000	5,32%

Sergio Luiz Lamy
Diretor Presidente

Sergio Pereira Lobo
Diretor Adm. Financeiro

Paulo Lorencini
Diretor Técnico

Nilson P. X. Marchioro
Diretor Meio Ambiente

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Valores expressos em milhares de reais)

	2006	2005	2006	2005
ATIVO				
CIRCULANTE				
Caixa	74	27		
Aplicações financeiras	78.164	88.089		
Clientes	12.546	6.585		
Adiantamentos concedidos	6.937	449		
Impostos a recuperar	2.203	653		
Despesas antecipadas	1.644	3.361		
Outros créditos		913		
Total do ativo circulante	101.568	100.077		
NÃO CIRCULANTE				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Depósitos judiciais	6	2		
Despesas antecipadas	147	1.118		
	153	1.120		
PERMANENTE				
Imobilizado	599.494	517.977		
	599.494	517.977		
Total do ativo não circulante	599.647	519.097		
TOTAL DO ATIVO	701.215	619.174		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.				
PASSIVO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	13.342	9.354		
Encargos de outorga ANEEL	29.489	5.746		
Aplicação em pesquisa e desenvolvimento	1.290	307		
Obrigações sociais e trabalhistas	58	51		
Obrigações tributárias	1.486	2.210		
Juros sobre debêntures	15.951	23.232		
Dividendos a pagar		155		
Outras contas a pagar	7.630	252		
Total do passivo circulante	69.246	41.307		
NÃO CIRCULANTE				
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO				
Debêntures	262.550	263.623		
Partes relacionadas	190.674	178.506		
Encargos - Eletrobrás	49.352			
Total do passivo não circulante	502.576	442.129		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital subscrito	120.200	120.200		
Capital a integralizar	(6.400)	(6.400)		
Reserva de capital	21.519	21.519		
Reserva de lucros		32		
Lucros (prejuízos) acumulados	(5.926)	463		
Total do patrimônio líquido	129.393	135.738		
TOTAL DO PASSIVO	701.215	619.174		

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de capital		Reservas de lucros		Total
	Capital Social	Capital a Integralizar	Reservas de Capital	Legal	
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	120.200	(13.500)	18.439		125.139
Integralizações de capital Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás S.A.	7.100				7.100
Ágio na integralização de ações			3.004		3.004
Lucro líquido do exercício				650	650
Destinação dos lucros: Reserva legal			32	(32)	
Dividendos propostos				(155)	(155)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	120.200	(6.400)	21.443	32	135.738
Prejuízo do exercício				(32)	(6.421)
Absorção reserva legal (art. 189 Lei 6.404/76)			76		76
Dividendos a pagar (Eletrobrás)					
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	120.200	(6.400)	21.519	(5.926)	129.393

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ELEJOR Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A., é uma sociedade por ações, concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente de energia, com sede em Curitiba PR, e tem por objeto social a implantação e exploração do Complexo Energético Fundão Santa Clara localizado no Rio Jordão, nos municípios de Pinhão, Candió e Foz do Jordão, no Estado do Paraná.

A Concessão para exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, regulada pelo contrato com a ANEEL, será considerada extinta nos seguintes eventos: termo final do contrato, encampação, caducidade, rescisão, anulação decorrente de vício ou irregularidade constatada no procedimento ou no ato de sua outorga e falência ou extinção da Companhia.

Após a conclusão do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados aos aproveitamentos hidrelétricos passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados em auditoria pela ANEEL. O Complexo Energético Fundão Santa Clara - CEFSC é composto pelas usinas Hidrelétricas de Santa Clara e Fundão e pelas Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH's Santa Clara I e Fundão I, com as seguintes potências instaladas e energias asseguradas:

	Potência Instalada (MW)	Energia assegurada (MW Médios)	Início Operação Comercial
UHE Santa Clara			
Unidade 1	60,084	54.900	31.07.05
Unidade 2	60,084	14.700	31.08.05
Total	120,168	69.600	
UHE Função			
Unidade 1	60,084	54.900	23.06.06
Unidade 2	60,084	10,900	04.08.06
Total	120,168	65.800	
PCH's			
PCH Santa Clara I	3,600	2,790	13.08.05
PCH Função	2,400	2,110	28.12.06
Total	6,000	4,900	
Total do complexo	240,342	140,3	

Como pagamento pelo uso do bem público, objeto do contrato de concessão com a ANEEL, a Companhia recolherá à União, do 6º ao 35º ano de concessão, contados a partir de 25 de outubro de 2001, ou enquanto estiver em funcionamento os aproveitamentos hidrelétricos, parcelas mensais equivalentes a 1/12 avos do pagamento anual proposto de R\$ 19.000 milhões. As parcelas serão corrigidas anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM a partir de maio de 2001, sendo que o valor atualizado, até 31 de dezembro de 2006, corresponde ao montante de R\$ 977.282 milhões. Em 15 de dezembro de 2006 ocorreu o pagamento da primeira parcela do contrato de concessão no montante de R\$ 2.681.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância à Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76 e nº 10.303/01) a qual, a partir da Lei nº 9.245/95 não prevê o reconhecimento de provisões para contingências.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em observância da Deliberação CVM 488/05 e do pronunciamento do IBRACON NPC 27 Demonstrações Contábeis - Apresentação e Divulgações, aprovado pela CVM.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Disponibilizações e aplicações financeiras

Estão representadas por depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.

b. Clientes

São registrados no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando contratadas.

c. Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

d. Imobilizado

Avaliado pelo custo de aquisição ou construção, acrescido dos encargos de financiamentos incorridos durante a fase de construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, de acordo com os seguintes aspectos:

	2006	2005
As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pela resolução nº 44 de 17 de março de 1999 da ANEEL, em função do prazo da concessão do uso do bem público, estabelecido pelo contrato de concessão número 125/2001.		
Estudos e projetos preliminares relacionados com as obras, bem como aquisições de máquinas e equipamentos estão registrados no ativo imobilizado.		
Conforme regulamentação do órgão regulador (ANEEL), o início da depreciação dos componentes do Ativo Imobilizado das UHE's e PCH's se deu concomitantemente com o início da sua operação comercial.		
e. Financiamentos		
Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais, acrescidos dos respectivos encargos incorridos, até a data de encerramento do exercício.		
f. Demais passivos circulantes e não circulantes		
Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais.		

g. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Estão calculados de acordo com a legislação tributária vigente, utilizando-se a sistemática do lucro real. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro tributável. A contribuição social é constituída pela alíquota de 9%.

h. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e considera:

- os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias e cambiais, calculados à índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos; e
- os efeitos dos ajustes dos ativos ao valor de realização, quando aplicável.

i. Utilização de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer da administração da Companhia a utilização de estimativas contábeis para registro de provisões e apresentação de determinados saldos contábeis, sendo que os resultados finais desses eventos podem, eventualmente, divergir dessas estimativas.

H. Novos padrões de apresentação

A Deliberação CVM nº 488/2005 converge com as práticas contábeis internacionais, ao aprovar o Pronunciamento IBRACON nº 27/2005, estabelecendo novos padrões de apresentação e divulgação de demonstrações contábeis.

Como consequência do citado pronunciamento do IBRACON, o ativo deve ser classificado em CIRCULANTE e NÃO CIRCULANTE, sendo este último desmembrado em REALIZÁVEL A LONGO PRAZO, INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO, INTANGÍVEL e DIFERIDO. O passivo deve ser classificado em CIRCULANTE e NÃO CIRCULANTE. Dessa forma, as presentes demonstrações contábeis estão apresentadas pelos novos padrões estabelecidos pelo IBRACON. Os saldos contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005 foram apresentadas reclassificados, para permitir uma adequada comparação.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os saldos das aplicações financeiras estão compostos por aplicações em fundos conservadores de investimentos em renda fixa. Os respectivos rendimentos estão reconhecidos pelo regime de competência (*pro rata temporis*), compostos da seguinte maneira:

Instituição financeira	Tipo	2006	2005
Banco Safra S.A.	FIF 60 - Banco Safra		11
Unibanco S.A.	CDB DI 30 H - Unibanco	8.232	9
Banco Safra S.A.	CDB DI - SAFRA		88.069
Bradesco S.A.	CDB Bradesco	1.101	
Banco do Brasil S.A.	BB Aplic. Corp Swap	68.831	
		78.164	88.089

O montante de R\$ 68.831 aplicado no BB *Aplic Corp Swap* consiste numa operação comprometida, assim entendida a operação onde o banco vende à Companhia títulos públicos com o compromisso de recompra e a Companhia compra os títulos públicos com o compromisso de revende-los ao banco, pactuando-se um rendimento pre-fixado e aderindo a Companhia no mesmo ato ao contrato onde a companhia se compromete a pagar pelo valor aplicado corrigido pela taxa pre-fixada da operação (5,5464% a.a.) e o banco se compromete a pagar juros sobre o valor aplicado corrigido por um percentual da taxa do DI (100% da variação da taxa DI). Em 31 de dezembro de 2006 o saldo contábil dessa aplicação não diferia do valor de realização.

O valor de R\$ 8.232, aplicado no Unibanco S.A., com remuneração de 100% da variação da taxa DI, está depositado em conta reservada para garantia de obrigação da dívida junto ao BNDESPAR, referente a operação de emissão de debêntures conforme Instrumento Particular de Vinculação de Receitas e Outras Avenças.

O valor de R\$ 1.101, aplicado no Bradesco S.A. refere-se à garantia para liquidação de operações junto a Câmara de Compensação de Energia Elétrica - CCEE., com remuneração de 100% da variação da taxa DI.

	2006	2005
5. CLIENTES		
Sadia S.A.	192	
CCEE		176
Copel Distribuição S.A.	12.354	6.409
	12.546	6.585

Saldo registram os valores relativos aos contratos de venda de energia elétrica celebrados entre a ELEJOR e a Sadia S.A. no montante de R\$ 192, e entre a ELEJOR e a Copel Distribuição S.A. no montante de R\$ 12.354, em anuência da Companhia Paranaense de Energia - COPEL.

6. ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS

	2006	2005
Adiantamento para viagens	1	3
Adiantamentos fornecedores diversos	3	1
Adiantamento para EPC	6.933	5.194
	6.937	4.333

Do montante de R\$ 6.933, que será descontado dos valores a pagar ao Consórcio Construtor Complexo Jordão (CCCJ), o valor de: a) R\$ 5.045 refere-se ao excedente pago à Construtora Triunfo S.A. relativo à obra de construção do Complexo Energético Fundão Santa Clara, cuja medição excedeu o valor previsto em contrato; b) R\$ 26 valor a ser reembolsado pela IMPSA, referente a pagamentos de seguros, taxas de importação e demais despesas; c) Valor de R\$ 1.862, refere-se à adiantamentos efetuados ao Consórcio Construtor Complexo Jordão (CCCJ) para pagamentos de depósitos judiciais, a serem descontados dos créditos remanescentes do CCCJ.

2.2 O Empreendimento

O Complexo Energético Fundão Santa Clara é constituído pelas Usinas Hidrelétricas de Santa Clara e Fundão e pelas Pequenas Centrais Hidrelétricas de Santa Clara I e Fundão I, com capacidade instalada total de 246 MW.

A UHE Santa Clara está localizada nos municípios de Pinhão e Candió e a Usina Fundão está localizada nos municípios de Foz do Jordão e Pinhão, na região centro-sul do Estado do Paraná.

O investimento no projeto é da ordem de R\$ 514.000.000,00 (Quinhentos e quatorze milhões de reais).

Os principais dados técnicos do CEFSC são:

Tabela 2: Contexto Operacional

UHE Santa Clara	Potência Instalada (MW)	Energia assegurada (MW Médios)	Início Operação Comercial
Unidade 1	60,084	54.900	31.07.05
Unidade 2	60,084	14.700	31.08.05
Total	120,168	69,600	
UHE Função			
Unidade 1	60,084	54.900	23.06.06
Unidade 2	60,084	10,900	04.08.06
Total	120,168	65,800	
PCH's			
PCH Santa Clara I	3,600	2,790	13.08.05
PCH Fundão I	2,400	2,110	28.12.06
Total	6,000	4,900	
Total do complexo	246,336	140,3	

3. PRODUÇÃO E VENDA DE ENERGIA

A UHE Santa Clara e a PCH Santa Clara I produziram energia durante o ano todo.

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Valores expressos em milhares de reais)

	2006	2005
ORIGEM DOS RECURSOS		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(6.421)	650
Depreciações	10.128	3.735
Integralizações de capital		7.100
Ágio na integralização de capital		3.004
Dividendos - Eletrobrás	76	
Recursos oriundos das operações	3.783	14.489
Captação de recursos junto ao BNDESPAR (debêntures)		270.475
Captação de recursos junto à controladora COPEL PAR (mútuo)		44.670
Aumento do exigível a longo prazo	101.318	56.923
Redução do realizável a longo prazo	967	6.817
Recursos oriundos de terceiros	102.285	378.885
TOTAL DAS ORIGENS	106.068	393.374
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Dividendos propostos		155
Transferência do exigível a longo prazo para o circulante	40.871	23.232
Liquidação de mútuo com a controladora COPEL PAR		123.624
No imobilizado	91.645	191.714
TOTAL DAS APLICAÇÕES	132.516	338.725
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(26.448)	54.649
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO:		
Ativo circulante:		
No início do exercício	100.077	29.50

Continuação do Balanço Elejor Centrais Elétricas do Rio Jordão S/A

Cofins sobre faturamento	729	381
Composição financeira recursos hídricos	416	430
CSLL a Recolher	12	286
IRPJ a recolher		794
IRRF sobre salários	3	16
INSS retido pessoa jurídica	46	130
	<u>1.486</u>	<u>2.210</u>

14. JUROS SOBRE DEBÊNTURES

O montante de R\$ 15.951 refere-se aos juros compensatórios das liberações de numerários do BNDESPAR, atualizados até 31 de dezembro de 2006, e com vencimento em 15 de fevereiro de 2007, cujo saldo em 31 de dezembro de 2005, montava em R\$ 22.323.

15. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Do montante de R\$ 7.630, o valor de R\$ 930, refere-se a cheque emitido em 28.12.2006 e não compensado pelo banco dentro do exercício e R\$ 6.700, a provisões de pré-operações decorrentes da conclusão dos trabalhos de utilização do ativo imobilizado (Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, artigos 54, 55 e 56).

16. DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS

Debenturista	Quantidade de títulos	Valor unitário	Saldo 2006	Saldo 2005
BNDES Participações S.A.	1.000	256	256.000	256.000
Total	1.000		256.000	256.000
(+) Encargos financeiros de curto prazo			15.951	23.323
(+) Encargos financeiros de longo prazo			6.550	7.532
Principal + encargos			278.501	286.855

Em 20 de abril de 2005, através da Assembléia Geral Extraordinária, foi aprovada pelos acionistas a emissão de 1000 (um mil) debêntures conversíveis em ações, em duas séries vencíveis no prazo de 10 (dez) anos a 1.ª série e 11 (onze) anos a 2.ª série a contar da data de emissão. O valor unitário de cada debênture é de R\$ 255.625,82 (duzentos e cinquenta e cinco mil seiscientos e vinte e cinco reais e oitenta e dois centavos) na data de emissão, totalizando o montante de R\$ 255.625.820,00 (duzentos e cinquenta e cinco milhões, seiscientos e vinte e cinco mil, oitocentos e vinte reais), observadas as seguintes características, fixadas nos termos do artigo 59 da lei 6.404/76:

I) Valor da emissão e número de debêntures, em duas séries:

Emissões	Número de debêntures	Valor Unitário	Valor Total
1ª Série	660	256	168.960
2ª Série	340	256	87.040
			<u>256.000</u>

II) Destinação dos recursos:

Os recursos decorrentes da emissão serão destinados, exclusivamente: a) investimentos no complexo energético Fundação Santa Clara, conforme contrato de concessão de uso do bem público 125/2001, firmado junto a ANEEL; b) investimentos em duas pequenas centrais hidrelétricas: PCH Santa Clara I e PCH Fundão; c) pagamento de 50% (cinquenta por cento) dos valores aportados na

emissora pela acionista garantidora (Copel Participações S.A.), entre 1º de julho de 2004 e 30 de setembro de 2004; d) pagamento integral dos aportes adicionais de recursos realizados pela acionista garantidora (Copel Participações S.A.) entre 1º de outubro de 2004 até a data da primeira integralização das debêntures; e) pagamentos de pequenas despesas operacionais inerentes à atividade operacional da ELEJOR; f) financiamento dos programas sócio-ambientais relacionados à realização dos investimentos no Complexo Energético Fundação Santa Clara.

III) Data de emissão: Conforme Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 20 de abril de 2005, será considerada como data de emissão das debêntures o dia 15 de fevereiro de 2005.

IV) Vencimento das debêntures: As debêntures da 1.ª série terão o vencimento final em 15 de fevereiro de 2015 e as da 2ª série terão o vencimento final em 15 de fevereiro de 2016.

V) Certificados ou cautelares: A emissão foi efetuada de forma nominativa para subscrição privada, sem emissão de cautelares ou certificados, sendo verificada a titularidade das debêntures mediante registro em escritura própria, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o nº ED00012400 de 16 de maio de 2005.

VI) Remuneração: Aos titulares das debêntures serão pagos a título de remuneração o correspondente à atualização do valor nominal pela variação da taxa de juros de longo prazo TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida de um spread de 4% (quatro por cento) ao ano.

VII) Garantias adicionais: Além da garantia fluante, foram constituídas as seguintes garantias adicionais e assumidas as seguintes obrigações:

- a) Garantia fidejussória, nos termos da Carta de Fiança firmada e entregue ao agente fiduciário (C&D Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.) pela acionista garantidora (Copel Participações S.A.), obrigando-se como fiadora e principal pagadora;
- b) Penhor de direitos emergentes do contrato de concessão nos termos do instrumento particular de vinculação de receitas e outras avenças celebrado entre a ELEJOR, o agente fiduciário (C&D Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.) e o banco depositário (UNIBANCO União de Bancos Brasileiros S.A.);
- c) Vinculação de receitas e reserva de meios de pagamento, nos termos do instrumento particular de vinculação de receitas e outras avenças celebrado entre a ELEJOR, o agente fiduciário (C&D Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.) e o banco depositário (UNIBANCO União de Bancos Brasileiros S.A.).

As demais características dos títulos estão descritas na 18ª Ata de Assembléia Geral Extraordinária, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o nº 20051323338 de 20 de abril de 2005 e Escritura da 1.ª emissão privada de debêntures da ELEJOR Centrais Elétricas Rio Jordão S.A., com garantia fluante, real e fidejussória e anexos, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o nº ED00012400 de 16 de maio de 2005.

17. PARTES RELACIONADAS

	2006	2005
Copel Participações S.A.	211.982	178.506
Mecanismo de ajuste - 3º Acordo Acionistas	(21.308)	
Dividendos pagos	(84)	
	<u>190.500</u>	<u>178.506</u>

Registra contrato de mútuo firmado com a acionista Copel Participações S.A., no montante de R\$ 238.117, com amortizações parciais ocorridas em 31.05.2005 no montante de R\$ 115.331, sendo valor do principal R\$ 103.898 e encargos no montante de R\$ 11.433, e em 08.06.2005 no montante de R\$ 8.293, sendo valor do principal R\$ 8.121 e encargos financeiros de R\$ 172, o saldo do contrato de mútuo em 31 de dezembro de 2006 monta em R\$ 211.982.

No saldo apresentado em 31 de dezembro de 2006 está registrado o reflexo do "Mecanismo de Ajuste do Contrato de Mútuo", no montante de R\$ 21.308, conforme Terceiro Acordo de Acionistas elaborado entre a

COPEL PAR e a PAINEIRAPAR em 31 de agosto de 2005 e registrado na ELEJOR mediante aprovação da ANEEL, conforme despacho nº 2876 de 05 de dezembro de 2006.

A carência do pagamento de juros e principal é de 2 (dois) anos, após a entrada em operação da última unidade geradora da UHE Fundão, e o vencimento final ocorre em 2017. Os juros são calculados *pro rata temporis* equivalente a 3,198% ao ano a título de *spread*, acrescidos da variação do CDI (certificado de depósito interbancário). A garantia da operação é o valor equivalente em energia elétrica a ser gerada pela Companhia.

18. ENCARGOS DE AÇÕES ELETROBRÁS

Registra a atualização monetária do valor de integralização das ações, emitidas em favor das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ELETROBRÁS, utilizando-se para tanto o IGPM/FGV, *pro rata temporis*, desde a data de integralização pela ELETROBRÁS, acrescido de remuneração de capital de 12% a.a., igualmente *pro rata temporis*, deduzidos, porém os dividendos pagos à ELETROBRÁS, igualmente atualizados pelo IGPM/FGV, também *pro rata temporis*, e acrescidos da mesma remuneração de capital (juros 12% a.a.), da mesma forma *pro rata temporis*. O valor dos encargos atualizados em 31 de dezembro de 2006 monta em R\$ 49.352, já deduzidos os valores relativos aos dividendos pagos ao acionista na proporção da sua participação social, bem como os encargos contratuais.

A partir do 24º (vigésimo quarto) mês do início da operação comercial do empreendimento, caracterizada pela operação comercial da última unidade geradora, a cada trimestre, e durante o período máximo de 08 (oito) anos, a ELEJOR se obriga, conforme prescreve o Artigo 11 do Estatuto, a adquirir da ELETROBRÁS, independentemente de motivação as ações preferenciais classe "B" emitidas pela ELEJOR, de titularidade da ELETROBRÁS, em 32 (trinta e duas) parcelas trimestrais e consecutivas.

O valor da alienação das ações preferenciais classe "B", de titularidade da ELETROBRÁS, será determinado pela atualização do valor da integralização das ações, utilizando-se para tanto o IGPM/FGV, *pro rata temporis*, desde a data de integralização pela ELETROBRÁS, até a data do efetivo pagamento pela ELEJOR, acrescido de remuneração de capital de 12% a.a., igualmente *pro rata temporis*, deduzidos, porém os dividendos pagos à ELETROBRÁS, caso tenha ocorrido a distribuição dos mesmos, igualmente atualizados pelo IGPM/FGV, também *pro rata temporis*, e acrescidos da mesma remuneração de capital (juros 12% a.a.), da mesma forma *pro rata temporis*. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2006, do montante integralizado é de R\$ 98.511.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CAPITAL SOCIAL

O capital social subscrito na sociedade, por acionistas domiciliados no País é composto de 60.300.000 ações ordinárias e 59.900.000 ações preferenciais de classe "B", com preço unitário de emissão de R\$ 1,00 cada, totalizando R\$ 120.200 (idem em 31.12.2005).

O valor R\$ 6.400, registrado na rubrica Capital a Integralizar, refere-se a 6.400.000 (seis milhões e quatrocentas mil) Ações Preferenciais a serem integralizadas pela EletoBrás.

As ações preferenciais gozam de prioridade na distribuição de dividendos anuais, em relação às ações ordinárias, bem como no reembolso do capital e direito a voto, em caso de não pagamento de dividendo prioritário após três exercícios consecutivos, ocorridos após a data de início da operação comercial das usinas objeto de concessão de que é titular a Companhia, caracterizada pela operação comercial da última unidade geradora.

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2006 está distribuído da seguinte forma:

	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás		59.900	59.900
Copel Participações S.A.	42.210		42.210
Paineira Participação e Empreendimentos Ltda.	18.090		18.090
	<u>60.300</u>	<u>59.900</u>	<u>120.200</u>

A participação total no capital subscrito da Companhia em 31 de dezembro de 2006 está representada conforme segue:

	Participação
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás	49,83%
Copel Participações S.A.	35,12%
Paineira Participação e Empreendimentos Ltda.	15,05%
	<u>100,00%</u>

A sociedade está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 150.000, em consonância com o artigo 9.º do seu Estatuto Social.

RESERVA DE CAPITAL

	31.12.2006	31.12.2005
Ágio na subscrição de ações	21.443	21.443
Dividendos Eletrobrás	76	
	<u>21.519</u>	<u>21.443</u>

O ágio na subscrição de ações refere-se à diferença entre os valores de subscrição e integralização das ações preferenciais classe "B", o qual monta o valor de R\$ 21.443, compostos da seguinte forma: a) R\$ 11.616 Eletrobrás; b) R\$ 6.870 Copelpar e, c) R\$ 2.957 Paineirapar. O montante de R\$ 76 é relativo à constituição de reserva pelo pagamento de dividendos a ELETROBRÁS, que será abatido quando da alienação das ações Preferenciais classe "B".

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Contratos de Swap - em 31 de dezembro de 2006, a companhia tinha 08 (oito) contratos de troca de índices (*swaps*). Os instrumentos financeiros representados pelas disponibilidades, estão a receber e a pagar, inclusive essas aplicações financeiras citadas, estão representados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos ou encargos incorridos, e não diferem do valor de mercado.

Disponível - os valores estão registrados ao valor de mercado, na data da demonstração contábil.

Contas a receber e contas a pagar - os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber e contas a pagar, aproximam-se de seus valores de mercado, considerando as provisões constituídas, o seu vencimento a curto prazo e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida do contas a receber; **Outras contas** - nenhuma outra conta contábil apresenta diferenças relevantes entre os valores registrados contabilmente pela Companhia e seus valores prováveis de realização e valores de mercado em 31 de dezembro de 2006;

Emprestimos e Financiamentos - os valores foram determinados utilizando-se as taxas de juros fixadas junto aos credores, as quais refletem o valor de mercado, consideradas as condições e a natureza dessas operações.

Risco de crédito - esses riscos são administrados por critérios específicos de análise de crédito e estabelecimento do limite de exposição para cada cliente.

Risco de exposição cambial - a administração da Companhia não julga necessário à administração dos riscos decorrentes da variação cambial uma vez que não possui transações atreladas ao câmbio.

21. SEGUROS

Os valores seguros são determinados com base em avaliação técnica e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais sinistros envolvendo os bens e edificações de propriedade da ELEJOR.

22. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS E CÍVEIS

Tendo em vista à análise da assessoria jurídica especializada, que não encontrou reclamatórias com risco classificado como "provável", conforme Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, item 6.3.22., não foi constituída a provisão para contingências. Da mesma forma, o Manual de Contabilidade do Serviços Publico de Energia Elétrica, determina que os valores classificados como "possível" devem ser divulgados em nota explicativa, os quais montam R\$ 613 em 31.12.2006. Os montantes relativos às causas cíveis foram todas classificadas como "possível", as quais montam R\$ 5.492 em 31 de dezembro de 2006.

Anderson da Silva Gomes
Contador - CRC/PR 049702/O-4

Sergio Luiz Lamy
Diretor Presidente

Diretor Pereira Lobo
Diretor Adm. Financeiro

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos administradores e controladores Elejor Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A. Curitiba - PR

1 Examinamos o balanço patrimonial da Elejor Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A., levantado em 31 de dezembro de 2006, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis

divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3 Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2006, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram parecer sem ressalva em 27 de janeiro de 2006, porém com ênfases quanto ao ativo imobilizado da Companhia não possuir cadastro de bens e controle individualizado segundo as determinações do órgão

regulador ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, e quanto a obrigação da Companhia em adquirir as ações preferenciais de titularidade da EletoBrás a partir do 24º mês do início da operação comercial do empreendimento. Contudo, tais ênfases não produzem nenhuma incerteza nas demonstrações contábeis do exercício corrente em razão dos assuntos terem sido regularizados pela administração.

Curitiba, 26 de Janeiro de 2007.

Marcello Palamartchuk
Sócio - contador
CRC 1PR049038/O-9
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013.439/O-5 "S" PR

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Administradores e Acionistas da ELEJOR CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A.

O Conselho Fiscal da Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, além de ter acompanhado, pela análise dos balancetes, a gestão econômico-financeira da Companhia, tomou conhecimento do Relatório da Administração e examinou as Demonstrações Contábeis do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, abrangendo o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, considerando todos os pontos contidos no Relatório dos Auditores Independentes, BDO Trevisan Auditores Independentes, é de que as mencionadas demonstrações refletem com propriedade, a situação patrimonial e financeira da companhia, estando, assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação, e, conseqüente deliberação da Assembléia Geral Ordinária A.G.O.

Curitiba, 23 de fevereiro de 2006.
Araldo José Luquetta Presidente
Vincius Luiz Gapski Conselhoiro
Egídio Schoenberger Conselhoiro